

# Maço de tabaco vai ser mais caro 30 cêntimos

Um maço de tabaco poderá custar pelo menos mais 30 cêntimos em Portugal no próximo ano, de acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2024.

Isto significa que um pacote com 20 cigarros normais que, este ano, tinha um preço de cinco euros passará a valer 5,30 euros só pelo efeito do agravamento da tributação, o que corresponde a um aumento de 6%.

Em cima disto, as tabaqueiras poderão adicionar uma margem de 10 cêntimos, forçando o valor a escalar para 5,40 euros.

Em comparação com Espanha, os cigarros comprados em Portugal serão cerca de 40 ou 50 cêntimos mais caros, quando, atualmente, a diferença é de apenas 10 cêntimos.

## Tabaco aquecido com aromas banido em 2024

O tabaco aquecido com aromas, como o mentol, só deverá ser banido de Portugal em 2024, ainda que a diretiva europeia e a proposta de lei do Governo, que a transpõe para a legislação nacional, indiquem que a venda deste tipo de cigarros será proibida a partir de 23 de Outubro deste ano.



A proposta do Executivo, aprovada em Conselho de Ministros de maio deste ano, foi aprovada na generalidade pelo Parlamento a 29 de Setembro, apenas com os votos do PS, sendo que as deputadas socialistas Isabel Moreira e Alexandra Leitão votaram contra e outros 14 parlamentares do partido do Governo abstiveram-se. Mas ainda tem de ir a votação final global.

O diploma que altera a Lei do Tabaco de 2007, equiparando o tabaco aquecido ao convencional, impede ainda a venda de qualquer tipo de cigarros nos locais onde

já não é possível fumar como gasoleiras, cafés ou restaurantes. Exceção será feita às mercearias de conveniências, que vão poder continuar a comercializar tabaco.

Como a tramitação legislativa ainda está a decorrer na Assembleia da República, é provável que a proibição da venda de tabaco aquecido aromatizado só comece a ter efeitos práticos em 2024, ainda que o diploma indique a data limite de 23 de Outubro de 2023.

“A produção de efeitos das novas regras ocorrerá a 23 de Outubro de 2023 rela-

tivamente a qualquer aroma distintivo, incluindo o aroma de mentol, em toda a União Europeia, nos termos da diretiva delegada (UE) 2022/2100 da Comissão de 29 de junho de 2022”, explicou o Ministério da Saúde, aquando da aprovação da proposta de lei, em Maio deste ano.

De resto, e segundo a lei actual, os cigarros convencionais com aromas já não podem ser comercializados em Portugal. A 20 de maio de 2020 passou a ser proibida a venda tabaco convencional de mentol no nosso país pela transposição de uma diretiva comunitária.

A proposta do Executivo tem ainda uma norma transitória, que permite o escoamento do tabaco aquecido com aromas que tenha sido introduzido no mercado antes da data de produção de efeitos da nova lei, ou seja, antes de 23 de Outubro deste ano.

A equiparação do tabaco convencional ao aquecido também se irá refletir nas embalagens, que “passarão a apresentar advertências de saúde combinadas, com texto e fotografia”, segundo um documento de perguntas e respostas publicado no site do Governo.

# Governo Regional garante que vai resolver situação dos 29 trabalhadores despedidos na Praia da Vitória

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública dos Açores disse que o Executivo da coligação PSD/CDS-PP/PPM está a trabalhar para encontrar soluções para os 29 trabalhadores despedidos na Câmara Municipal da Praia da Vitória.

“Tal como este Governo herdou, mas resolveu, as situações, e repito, da Sinaga, da Sata, da Lotaçor, da Santa Catarina, dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos Tsdt [Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica] também este Governo está aqui de novo para ajudar a resolver mais esta terrível herança do PS”, afirmou Duarte Freitas.

O governante falava no quarto e último dia do plenário do Parlamento dos Açores, na Horta, antes do debate do Plano e Orçamento para 2024 (agendado para novembro), na discussão de uma recomendação do BE ao Governo Regional para que manifeste disponibilidade para integrar na Administração Pública Regional

os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória, afectos à cooperativa Praia Cultural, em processo de despedimento.

Na intervenção, Duarte Freitas esclareceu que o Executivo açoriano já começou “a ajudar a resolver” o problema.

“Há um conjunto destes trabalhadores que foram integrados e que já estão na área social a trabalhar. E estamos a trabalhar com a Câmara Municipal da Praia da Vitória para encontrar soluções para aqueles que não prescindiram e não encontraram soluções para a sua vida profissional”, como é o caso das 29 pessoas, disse.

Salientando que o Executivo “é sensível a estas questões”, o Secretário Regional assegurou que o Governo está “do lado da solução dos problemas” e saberá “encontrar uma solução com a Câmara Municipal da Praia da Vitória”, tal como já encontrou para muitos outros.

“Agora, não esperem que nós não aponhemos o dedo e não acusemos os responsáveis destas tragédias”, disse, referindo-se

ao PS.

Segundo Duarte Freitas, “o PS ajudou a desgraçar a Câmara da Praia da Vitória como ajudou a desgraçar muitas situações nos Açores” com que agora o Executivo é confrontado e obrigado a resolver.

O governante garantiu ainda que as famílias dos 29 trabalhadores podem contar com o Governo de coligação, porque, na região, “virou-se a página” da insensibilidade e da irresponsabilidade.

Contudo, alertou, esta “não é uma situação fácil tecnicamente, [...] não se pode resolver com a mera integração nos quadros da função pública, tem que passar por um esforço momentâneo da Câmara da [Vila da] Praia para integrar estas pessoas que faltam, internalizar e, depois, em função das necessidades que Administração Regional tenha na ilha Terceira” poderão ser integradas.

A solução terá de passar “por um procedimento legal”, acrescentou.

“Não é linear, não é directo, não é de um

momento para o outro, mas aqui estamos, mais uma vez, para ajudar a resolver os problemas dos açorianos”, salientou.

Em Setembro, a Presidente do Município da Praia da Vitória (PSD/CDS-PP) anunciou que a autarquia iria internalizar até ao final do ano a cooperativa Praia Cultural (CPC), integrando 91 funcionários e despedindo 37, que se somam a outros 35 que já tinham aceitado rescisões por mútuo acordo e a dois absorvidos por entidades externas.

A decisão foi comunicada aos trabalhadores numa reunião, mas os visados disseram desconhecer os critérios de seleção ou a forma como serão reorganizados os serviços após os despedimentos.

Em 22 de Setembro, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) dos Açores defendeu a internalização de todos os funcionários da cooperativa Praia Cultural no município e a integração de parte na Administração Regional.

# Ilha Verde oferece viatura aos Cuidados Paliativos do HDES

Decorreu ontem no HDES a entrega de uma viatura para apoio aos Cuidados Paliativos. Tratou-se da renovação do veículo cedido há mais de dois anos pelo Grupo Ilha Verde ao Grupo de Amigos dos Cuidados Paliativos do HDES (GACP).

Através da cedência de uma viatura nova, será possível continuar a prestar um serviço ímpar e de qualidade com

a integração e complementaridade de cuidados entre equipas hospitalares, domiciliárias e de voluntariado, sublinha o HDES, numa parceria que já vem desde 2021, destinada a prestação de cuidados mais ajustados às necessidades dos doentes em cuidados paliativos e seus familiares nas suas diferentes dimensões, conclui a nota do Hospital.

